

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO – ESESP
PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA E
INOVAÇÃO

SILVANE APARECIDA RESENDE DO PRADO

**Ressignificar para Ressocializar: Plano de Ação para o Reaproveitamento
Sustentável de Marmitex de Isopor no Sistema Prisional Capixaba**

VITÓRIA

2025

SILVANE APARECIDA RESENDE DO PRADO

**Ressignificar para Ressocializar: Plano de Ação para o Reaproveitamento
Sustentável de Marmitex de Isopor no Sistema Prisional Capixaba**

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado como um Plano de Ação, apresentado ao Curso de Pós-graduação Especialização Lato Sensu em Gestão Pública e Inovação da Escola de Serviço Público do Espírito Santo (ESESP), como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública e Inovação.

Orientador: Dr. Leandro de Souza Lino

VITÓRIA

2025

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria e força, por me sustentar e iluminar em cada etapa desta jornada.

Ao meu esposo Leandro e ao meu filho Paulo Otávio, pelo amor, paciência e compreensão diante das minhas ausências e dos momentos em que precisei me dedicar aos estudos. Sem o apoio de vocês, essa conquista não seria possível.

À minha mãezinha de coração, Marta Helena, por todo carinho, acolhimento e incentivo constante, que me deram ânimo para seguir firme até o fim.

Aos meus diretores, Fabrício e Pablo, pela compreensão e por me liberarem nos dias em que precisei me ausentar do trabalho para cumprir as exigências do curso.

Ao Secretário de Justiça, Rafael Pacheco, pela confiança e apoio durante esse período de formação.

Aos meus colegas do administrativo do CDPM, pela parceria, compreensão e por terem assumido minhas responsabilidades nos momentos em que precisei me ausentar.

Aos coordenadores da pós-graduação e ao meu orientador, Leandro Lino, pela dedicação, orientação e por compartilharem seus conhecimentos, contribuindo de forma significativa para meu crescimento acadêmico e profissional.

E um agradecimento especial ao meu amigo Ivan Lopes, meu parceiro de todas as horas ao longo desses dois anos. Juntos enfrentamos desafios, superamos dificuldades e, com determinação, chegamos à conclusão dessa importante etapa. A sua amizade e companheirismo foram fundamentais nesta caminhada.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste sonho, o meu mais sincero muito obrigado.

RESUMO

O plano de ação “Ressignificar para Ressocializar: Plano de Ação para o Reaproveitamento Sustentável de Marmitex de Isopor no Sistema Prisional Capixaba” propõe uma solução inovadora, sustentável e socialmente responsável para o tratamento do lixo produzido diariamente nas 37 unidades prisionais do Espírito Santo. Atualmente, milhares de marmitex de isopor são utilizadas na alimentação dos presos e, após o uso, descartadas juntamente com o lixo comum, sem qualquer tipo de separação, reaproveitamento ou destinação adequada, contribuindo significativamente para os impactos ambientais causados pelo acúmulo desse material não biodegradável. Diante dessa realidade, o plano apresenta a criação de um produto técnico-social de reaproveitamento do isopor com base na implantação de oficinas sustentáveis nas unidades prisionais, utilizando a mão de obra ociosa dos presos. O objetivo é promover a ressocialização dos presos por meio da capacitação em práticas de reaproveitamento e reciclagem do isopor, possibilitando a produção de materiais como placas isolantes, e outros produtos úteis, bem como na produção de blocos para construção civil, além de fomentar a consciência ambiental. A metodologia aplicada baseia-se em etapas de diagnóstico, capacitação, estruturação, execução e monitoramento das oficinas. A abordagem qualitativa e participativa permite envolver diretamente os presos na transformação do resíduo em recurso, ao mesmo tempo em que oferece educação ambiental e qualificação profissional. O projeto é de baixo custo, possui alta aplicabilidade e pode ser replicado em todas as unidades prisionais do Estado ou do País. Os impactos esperados são diversos: ambientais, com a redução significativado descarte incorreto de isopor; sociais, com a ocupação produtiva de presos e o fortalecimento do processo de reintegração social; e econômicos, com a possibilidade de geração de produtos comercializáveis e redução de gastos com destinação de resíduos. O aspecto inovador do plano está na união estratégica entre sustentabilidade ambiental e política de ressocialização, demonstrando como o sistema prisional pode se tornar um agente ativo na promoção de práticas sustentáveis. O projeto propõe ações intersetoriais com envolvimento de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, abrindo espaço para parcerias, financiamento e expansão. Além disso, o presente plano de ação está alinhado ao Plano de Longo Prazo ES 500, que estabelece como uma das diretrizes estratégicas a construção de

um Espírito Santo mais sustentável, inclusivo e inovador até 2035. Dessa forma, a iniciativa contribui diretamente para os objetivos de desenvolvimento sustentável do Estado, reforçando o compromisso com a gestão ambiental responsável, a economia circular e a valorização do capital humano no sistema prisional. A viabilidade técnica e social do plano reforça sua relevância dentro das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos e de execução penal, sendo uma ferramenta eficaz para transformar um problema ambiental em oportunidade de reconstrução social.

ABSTRACT

The action plan *“Reframe to Resocialize: Action Plan for the Sustainable Reuse of Styrofoam Meal Boxes in the Prison System of Espírito Santo”* proposes an innovative, sustainable, and socially responsible solution for managing the waste generated daily in the 37 prison units of Espírito Santo, Brazil. Currently, thousands of Styrofoam meal boxes are used for inmates’ meals and, after use, are discarded together with regular waste, without any separation, reuse, or proper disposal—significantly contributing to the environmental impacts caused by the accumulation of this non-biodegradable material. In response to this issue, the plan proposes the creation of a technical-social product for the reuse of Styrofoam through the implementation of sustainable workshops within prison units, utilizing inmates’ available labor. The goal is to promote resocialization through training in Styrofoam reuse and recycling practices, enabling the production of materials such as insulating panels, construction blocks, and other useful products, while also fostering environmental awareness. The applied methodology is based on the following stages: diagnosis, training, structuring, execution, and monitoring of the workshops. The qualitative and participatory approach directly involves inmates in transforming waste into a resource, while providing environmental education and professional qualification. The project is low-cost, has high applicability, and can be replicated in all prison units across the State or the country. The expected impacts are diverse: environmental, with a significant reduction in improper Styrofoam disposal; social, with the productive engagement of inmates and the strengthening of the social reintegration process; and economic, with the potential generation of marketable products and a reduction in waste management costs. The innovative aspect of the plan lies in the strategic integration of environmental sustainability and resocialization policies, demonstrating how the prison system can become an active agent in promoting sustainable practices. The project proposes intersectoral collaboration involving public institutions, private entities, and third-sector organizations, opening opportunities for partnerships, funding, and expansion. Furthermore, this action plan aligns with the ES 500 Long-Term Plan, which establishes as one of its strategic guidelines the construction of a more sustainable, inclusive, and innovative Espírito Santo by 2035. Thus, the initiative directly contributes to the State’s Sustainable Development Goals, reinforcing the commitment to responsible environmental

management, circular economy, and the appreciation of human capital within the prison system. The technical and social feasibility of the plan underscores its relevance to public policies on solid waste management and penal execution, serving as an effective tool to transform an environmental problem into an opportunity for social reconstruction.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TIPO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO	12
3. SITUAÇÃO ENCONTRADA ANTES DA PESQUISA	14
4. OBJETIVOS / FINALIDADE DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO	15
5. REFERENCIAL TEÓRICO	16
6. METODOLOGIA UTILIZADA	23
7. CONTRIBUIÇÕES GERAIS DO PLANO DE AÇÃO	25
8. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRODUTO TECNICO/TECNOLÓGICO ..	26
9. ASPECTO INOVADOR	29
10. SETORES DA SOCIEDADE INFLUENCIADOS	32
11. AÇÕES NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO ..	37
12. REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro, como parte integrante do aparato de justiça, enfrenta inúmeros desafios estruturais, sociais e ambientais. No Espírito Santo, esses desafios se tornam ainda mais evidentes diante da crescente população carcerária, da limitação de recursos públicos e da ausência de políticas eficazes de gestão de resíduos sólidos nas unidades prisionais. Um dos problemas recorrentes é o descarte inadequado dos marmiteix de isopor utilizadas diariamente na alimentação dos presos.

O isopor (poliestireno expandido - EPS) é um material amplamente utilizado em embalagens alimentícias devido ao seu baixo custo e leveza. Contudo, seu ciclo de vida apresenta sérios entraves ambientais: ele é um material de difícil decomposição, podendo levar centenas de anos para se degradar no meio ambiente, além de ter baixa taxa de reciclagem no Brasil. No sistema prisional capixaba, o uso desse material é constante, gerando um volume expressivo de resíduos diariamente. Atualmente, esses resíduos são descartados de forma indiscriminada, junto ao lixo comum, sem qualquer tipo de separação, tratamento ou destinação ambientalmente adequada, o que intensifica os impactos ambientais e sanitários tanto nas unidades prisionais quanto nos municípios que recebem esse lixo.

Paralelamente à problemática ambiental, existe uma outra realidade que precisa ser enfrentada: a ociosidade da população carcerária. Um número significativo de presos cumpre pena em regime fechado sem acesso ao trabalho ou à educação formal, o que compromete diretamente os processos de ressocialização e reintegração social. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aproximadamente 45% dos presos no Brasil estão ociosos, sem qualquer atividade laboral, o que contribui para a reincidência criminal e para a estigmatização pós-cárcere.

Neste contexto, o presente plano de ação surge como uma proposta inovadora e multidisciplinar, com o objetivo de articular a gestão ambiental ao processo de ressocialização por meio da implementação de oficinas de reaproveitamento do isopor dentro das unidades prisionais. A proposta é transformar um problema ambiental — o descarte do isopor — em uma oportunidade educativa, profissionalizante e produtiva para os presos.

Utilizando a mão de obra carcerária ociosa, será possível implementar atividades práticas e educativas, com foco na reciclagem criativa e no reaproveitamento do material, incentivando a capacitação dos presos e promovendo a geração de valor a partir de resíduos que hoje são ignorados. Além de reduzir significativamente o impacto ambiental do sistema prisional, o plano visa oferecer aos presos uma nova perspectiva de cidadania, contribuindo para seu processo de reinserção social por meio do trabalho e da educação ambiental.

Ao integrar os eixos de sustentabilidade, educação, cidadania e segurança pública, este plano de ação se insere dentro das diretrizes das políticas públicas de inclusão social e de gestão responsável dos resíduos sólidos. A proposta é viável, de baixo custo, com alto potencial de replicação, e representa uma estratégia eficaz para o enfrentamento conjunto de dois problemas estruturais do sistema prisional capixaba: o lixo e a exclusão.

2. TIPO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO

O presente plano de ação configura-se como um produto técnico-social com viés ambiental e inovação processual, classificado como um procedimento metodológico de gestão de resíduos com finalidade educativa e ressocializadora. Trata-se de uma solução aplicada, elaborada para resolver um problema concreto no contexto do sistema prisional: o descarte inadequado de marmitex de isopor e a ociosidade da população carcerária.

A proposta se enquadra na categoria de produto técnico-tecnológico social, conforme previsto pelas diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e também como procedimento de inovação em gestão pública, dado que propõe uma prática sustentável inédita dentro do ambiente prisional. Ao unir sustentabilidade e ressocialização, o projeto assume uma característica multifuncional, sendo simultaneamente:

- Educacional: por promover educação ambiental e capacitação dos presos.
- Ambiental: por intervir diretamente na cadeia de descarte de resíduos sólidos.
- Social: por gerar ocupação produtiva e desenvolver habilidades manuais e socioemocionais nos presos.
- Processual: por implementar um novo fluxo de reaproveitamento de resíduos dentro da rotina institucional do sistema penitenciário.

Diferentemente de um produto tecnológico tangível como uma máquina ou equipamento, este plano oferece um procedimento metodológico estruturado com potencial de institucionalização nas rotinas operacionais dos presídios. Ele propõe a

criação de oficinas sustentáveis internas, que podem se tornar espaços permanentes de formação, geração de renda e redução de impactos ambientais.

Além disso, o produto técnico também prevê a produção de materiais de apoio e registros pedagógicos, como:

- Cartilhas de educação ambiental voltadas ao público carcerário;
- Guias de boas práticas para reaproveitamento de isopor;
- Relatórios de desempenho ambiental e social das unidades participantes;
- Materiais de divulgação e conscientização a serem utilizados com familiares dos presos, servidores penitenciários e gestores públicos.

Por sua natureza flexível e adaptável, este produto pode ser facilmente replicado em outras unidades prisionais ou adaptado para diferentes tipos de resíduos, tornando-se assim um modelo-piloto de intervenção sustentável com aplicabilidade nacional.

A viabilidade técnica do produto está ancorada em três pilares: infraestrutura mínima existente, mão de obra disponível e recurso abundante (resíduo isopor), o que permite sua execução com baixo investimento inicial e retorno ambiental e social significativo. Dessa forma, este produto técnico transcende o caráter experimental e assume o papel de um instrumento estratégico para o desenvolvimento sustentável no âmbito penitenciário.

3. SITUAÇÃO ENCONTRADA ANTES DA PESQUISA

Atualmente, no sistema prisional capixaba, a alimentação dos presos é majoritariamente distribuída em marmitex de isopor descartáveis. Estima-se que sejam utilizadas milhares de unidades diariamente, em todo o estado. Após o uso, essas embalagens são descartadas juntamente com o lixo comum, sem qualquer tipo de separação, reaproveitamento ou encaminhamento para reciclagem.

Este descarte incorreto contribui para o acúmulo de resíduos não biodegradáveis em aterros sanitários e lixões, uma vez que o isopor (poliestireno expandido) possui alta durabilidade no meio ambiente, podendo levar centenas de anos para se decompor. Além disso, a falta de políticas internas de gestão de resíduos e de iniciativas que envolvam a população carcerária no reaproveitamento desses materiais agrava o problema socioambiental.

4. OBJETIVOS / FINALIDADE DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO

Objetivo Geral:

Implementar um plano de ação que promova o reaproveitamento sustentável dos marmitex de isopor utilizadas no sistema prisional capixaba, por meio da capacitação e utilização da mão de obra carcerária, contribuindo para a ressocialização dos presos e redução dos impactos ambientais.

Objetivos Específicos:

- Promover a separação e limpeza dos marmitex de isopor após o uso.
- Implementar oficinas de reaproveitamento do isopor dentro das unidades prisionais.
- Capacitar os presos em técnicas de reutilização e reciclagem criativa.
- Conscientizar os presos sobre questões ambientais e sustentabilidade.
- Reduzir o volume de resíduos enviados aos aterros.
- Desenvolver produtos utilitários a partir do isopor reaproveitado.
- Estimular parcerias com empresas recicladoras e ONGs ambientais.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 A Ressocialização no Sistema Prisional

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Essa diretriz se estende também às pessoas privadas de liberdade, garantindo-lhes direitos fundamentais, inclusive o direito à educação, ao trabalho e à reinserção social.

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), em seu artigo 1º, dispõe que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). No entanto, o sistema prisional brasileiro enfrenta sérios desafios para garantir tais prerrogativas.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2023), cerca de 45% dos presos no país permanecem ociosos, sem acesso a atividades laborais ou educacionais. Essa ociosidade tende a agravar problemas como o ócio improdutivo, o estresse e a reincidência criminal. A ausência de oportunidades durante o cumprimento da pena contribui para o ciclo de exclusão social, dificultando o retorno ao convívio comunitário.

O trabalho prisional é reconhecido como ferramenta essencial de ressocialização. Segundo Silva (2021), o trabalho nas prisões “promove o desenvolvimento de competências, fortalece a autoestima e amplia as perspectivas de vida pós-cárcere”. Além de gerar benefícios materiais, o trabalho desperta senso de responsabilidade, disciplina e pertencimento social.

A educação prisional é outro instrumento fundamental para o processo de reintegração. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegura o direito à educação a todos, inclusive àqueles em privação de liberdade. Programas como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) têm contribuído para a alfabetização e formação básica dos presos, atuando também na reconstrução de valores e na promoção da cidadania (SOUZA; OLIVEIRA, 2020).

Quando associadas a práticas sustentáveis, a educação e o trabalho no sistema prisional podem se tornar instrumentos ainda mais eficazes de ressocialização, unindo capacitação profissional, geração de renda e consciência ambiental.

5.2 Sustentabilidade e Ressocialização

A sustentabilidade é um conceito amplo que abrange aspectos ambientais, sociais e econômicos. Segundo Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável exige a integração dessas dimensões de modo que o progresso econômico não comprometa o equilíbrio ambiental nem a justiça social.

No contexto prisional, adotar práticas sustentáveis significa oferecer aos presos oportunidades de trabalho e aprendizado alinhadas à preservação ambiental. Tais práticas contribuem não apenas para o cumprimento da pena, mas também para a formação de uma consciência ecológica e cidadã.

Projetos de reciclagem e reaproveitamento de materiais dentro das unidades prisionais têm se mostrado eficazes. O projeto *Recicla Presídio*, desenvolvido em Minas Gerais, é um exemplo disso, pois promove a coleta seletiva interna, a transformação de materiais recicláveis em novos produtos e a remissão de pena pelo trabalho ambiental. Esses projetos criam um ambiente mais produtivo e humano, além de reduzir custos operacionais e impactos ambientais.

Dessa forma, a ressocialização sustentável alia o aspecto educativo ao ecológico, transformando o preso em agente de mudança e responsabilidade ambiental.

5.3 O Isopor e o Meio Ambiente

O isopor, ou poliestireno expandido (EPS), é amplamente utilizado em embalagens e construção civil devido à sua leveza, resistência e baixo custo. Contudo, o material é não biodegradável e difícil de reciclar, sendo um dos principais poluentes sólidos urbanos.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria do Plástico (ABIPLAST, 2023), apenas cerca de 1% do isopor produzido no Brasil é reciclado. O baixo valor agregado e o alto custo de transporte são os principais entraves. Como resultado, toneladas de isopor acabam descartadas de forma incorreta, poluindo rios e oceanos.

Entretanto, estudos recentes apontam alternativas viáveis para o reaproveitamento do EPS, como sua dissolução em solventes ecológicos e sua transformação em massas plásticas reutilizáveis (FERREIRA; LIMA, 2022). Outra possibilidade é seu uso como isolante térmico e acústico na construção civil.

Essas práticas podem ser integradas a projetos socioambientais em presídios, possibilitando o aprendizado técnico e prático de técnicas de reciclagem. Assim, o reaproveitamento do isopor torna-se não apenas uma ação ambiental, mas também uma ferramenta pedagógica e profissionalizante.

5.4 Coleta Seletiva e Gestão de Resíduos Sólidos

A coleta seletiva é essencial para a gestão sustentável dos resíduos sólidos. Ela consiste na separação de materiais recicláveis — como plástico, papel, metal e vidro — dos resíduos orgânicos e rejeitos. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) estabelece como princípios básicos a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento de resíduos, promovendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Nos presídios, a implantação da coleta seletiva representa tanto uma medida ambiental quanto educacional. Ela promove o engajamento dos presos, estimula a responsabilidade coletiva e reduz a quantidade de lixo enviada a aterros sanitários.

Além disso, a coleta seletiva pode ser convertida em benefício penal, conforme o artigo 126 da LEP, que prevê a remição de pena pelo trabalho. Dessa forma, o preso passa a perceber a importância de suas ações tanto no cumprimento da pena quanto na preservação ambiental e na reconstrução da cidadania.

5.5 Educação Ambiental no Sistema Prisional

A educação ambiental é um processo permanente que busca desenvolver uma consciência crítica sobre a relação entre o ser humano e o meio ambiente. A Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) define-a como o processo pelo qual indivíduos e comunidades constroem valores, conhecimentos e atitudes voltados à conservação ambiental.

No ambiente prisional, a educação ambiental é instrumento de transformação e ressignificação. Por meio de oficinas, hortas comunitárias, reciclagem de resíduos e atividades artísticas com materiais reaproveitados, é possível desenvolver nos presos o senso de pertencimento, responsabilidade e solidariedade.

Segundo Carvalho (2018), “a educação ambiental é uma via de emancipação, que estimula a compreensão crítica das inter-relações entre o homem e o meio”. Dentro das prisões, ela tem o potencial de transformar a punição em aprendizado e o confinamento em oportunidade de crescimento pessoal.

A aplicação de programas de educação ambiental nas unidades prisionais melhora o convívio interno, reduz conflitos e favorece a construção de uma cultura de paz e respeito mútuo.

5.6 Integração entre Sustentabilidade e Ressocialização

Integrar educação ambiental, coleta seletiva e reciclagem no ambiente prisional representa um avanço significativo na busca pela ressocialização humanizada e sustentável. Essas ações tornam possível unir o cumprimento da pena com o desenvolvimento de habilidades profissionais e de consciência ecológica.

O reaproveitamento do isopor, por exemplo, pode ser utilizado em oficinas de reciclagem criativa, nas quais os presos aprendem a fabricar moldes, placas isolantes ou objetos decorativos. Essa atividade alia aprendizado técnico, responsabilidade ambiental e remição de pena, fortalecendo o caráter educativo do sistema penal.

De acordo com Lima e Santos (2021), “as práticas sustentáveis no sistema prisional contribuem para a valorização humana e para a reconstrução de identidades, rompendo com a lógica meramente punitiva e excludente”. Assim, a prisão pode deixar de ser um espaço de isolamento e tornar-se um ambiente de reconstrução e aprendizado.

5.7 Considerações Finais do Referencial

A ressocialização no sistema prisional brasileiro exige uma abordagem multidimensional e interdisciplinar. O trabalho e a educação são fundamentais, mas tornam-se mais eficazes quando integrados à sustentabilidade e à educação ambiental.

Projetos que unam reciclagem, coleta seletiva, reaproveitamento do isopor e formação ecológica representam alternativas viáveis para transformar o sistema prisional em um espaço de reconstrução de valores.

Dessa forma, a ressocialização sustentável surge como um novo paradigma: aquele em que o preso aprende a cuidar do meio ambiente, da sociedade e de si mesmo — abrindo caminho para uma reintegração social efetiva e duradoura.

5.8 Alinhamento ao Plano de Longo Prazo ES 500 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O presente plano de ação está alinhado ao Plano de Longo Prazo ES 500, uma iniciativa estratégica do Governo do Estado do Espírito Santo que visa projetar o desenvolvimento capixaba até o ano de 2035. Esse plano estabelece como uma de suas principais diretrizes a construção de um Espírito Santo mais sustentável, inclusivo e inovador, buscando integrar crescimento econômico, justiça social e responsabilidade ambiental.

Nesse contexto, a proposta “Ressignificar para Ressocializar” contribui diretamente para as metas traçadas pelo ES 500, ao promover a sustentabilidade ambiental dentro do sistema prisional e ao valorizar o capital humano das pessoas privadas de liberdade. A iniciativa insere-se nas políticas de economia circular, ao propor o reaproveitamento de resíduos sólidos — como o isopor — e transformá-los em

novos produtos úteis, agregando valor social e ambiental ao processo de ressocialização.

Além disso, o plano reforça o compromisso do Estado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, especialmente com:

- o ODS 4 (Educação de Qualidade), ao oferecer capacitação e formação profissional aos presos;
- o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), ao incentivar atividades produtivas dentro das unidades prisionais;
- o ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis), ao reduzir o descarte incorreto de resíduos e estimular práticas sustentáveis; e
- o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), ao fortalecer políticas públicas voltadas à reintegração social.

Dessa forma, o plano de ação transcende sua dimensão técnica e social, posicionando-se como uma ferramenta estratégica de desenvolvimento sustentável. Ao integrar políticas de ressocialização, educação ambiental e gestão de resíduos, ele contribui para a formação de um sistema prisional mais humanizado, produtivo e comprometido com os princípios da sustentabilidade, alinhando-se aos objetivos de longo prazo do Estado e às metas globais de desenvolvimento.

6. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia empregada neste plano de ação é de natureza qualitativa, com enfoque interdisciplinar e aplicada, estruturada em fases progressivas para garantir a viabilidade e eficácia do projeto. As etapas metodológicas incluem:

6.1 Levantamento de Dados

Realização de diagnóstico inicial junto às unidades prisionais do Espírito Santo, com o objetivo de:

- Identificar a quantidade média de marmitex de isopor descartadas por unidade.
- Verificar as condições de descarte e limpeza do material.
- Levantar o número de presos interessados em participar do projeto.
- Mapear espaços disponíveis nas unidades para implantação das oficinas.

6.2 Capacitação dos Presos

Organização de oficinas com apoio de técnicos ambientais ou educadores ambientais para capacitação dos presos nas seguintes áreas:

- Educação ambiental e reciclagem
- Higienização e preparação do isopor

- Reaproveitamento criativo (construção de placas, moldes, utilização na construção civil, ou até mesmo vender o isopor etc.)
- Processos básicos de reciclagem manual do isopor

6.3 Implementação das Oficinas

- Instalação de pequenas oficinas dentro das unidades prisionais com os materiais necessários (luvas, máscaras, estiletes, colas específicas, tintas, formas etc.).
- Organização dos presos em turnos de trabalho supervisionados.
- Registro da produção e do envolvimento dos presos nas atividades.

6.4 Monitoramento e Avaliação

- Criação de indicadores de desempenho para mensurar o impacto ambiental (redução do volume de resíduos descartados).
- Acompanhamento da evolução da participação dos presos.
- Registro de depoimentos e experiências como parte da análise qualitativa.
- Elaboração de relatórios bimestrais de progresso.

7. CONTRIBUIÇÕES GERAIS DO PLANO DE AÇÃO

Este plano de ação propõe impactos significativos em diversas frentes:

Ambiental:

- Redução expressiva do volume de isopor descartado em aterros.
- Introdução de práticas sustentáveis no ambiente prisional.
- Diminuição da poluição visual e dos riscos à fauna urbana e silvestre.

Social:

- Geração de ocupação produtiva para presos que hoje estão ociosos.
- Contribuição direta à ressocialização por meio do trabalho e da capacitação.
- Melhoria na autoestima e na percepção de utilidade social do preso.

Econômica:

- Redução de custos com descarte de resíduos nas unidades prisionais.
- Estímulo à economia circular e parcerias público-privadas.
- Possibilidade futura de comercialização do isopor.

8. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRODUTO TÉCNICO/TECNOLÓGICO

A aplicação do plano de ação “Ressignificar para Ressocializar” é tecnicamente viável, socialmente relevante e institucionalmente alinhada com as diretrizes de políticas públicas voltadas à ressocialização de presos e à gestão sustentável de resíduos sólidos. Por tratar-se de um produto técnico-social de baixo custo e de fácil replicação, sua implementação pode ser adaptada a diferentes contextos prisionais, respeitando-se as especificidades de cada unidade em termos de espaço físico, número de presos e infraestrutura disponível.

A seguir, são apresentadas as principais possibilidades de aplicação do produto:

8.1. Aplicação Inicial nas Unidades Prisionais do Espírito Santo

O plano foi desenhado com base na realidade do sistema prisional capixaba e pode ser implantado, inicialmente, em unidades com maior volume de marmitex descartadas e com presos em regime fechado ou semiaberto, priorizando aquelas com espaço físico disponível e população carcerária ociosa. Esta fase piloto permitirá testar e aperfeiçoar as oficinas, os materiais pedagógicos e os processos operacionais, servindo como referência para futuras expansões.

8.2. Expansão para Outras Unidades Prisionais do Estado

Com base nos resultados obtidos na fase piloto, o plano pode ser expandido para as demais unidades prisionais do Espírito Santo. A padronização de procedimentos, aliada à capacitação de servidores e presos, viabiliza a disseminação do modelo com maior agilidade, aproveitando a experiência acumulada e os recursos materiais e humanos já formados.

8.3. Replicação Nacional

Considerando a similaridade dos desafios enfrentados por sistemas prisionais de outros estados, este produto técnico pode ser replicado em todo o território nacional. A proposta possui aderência às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e à Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), o que favorece sua adoção como política pública de âmbito estadual ou federal.

Além disso, órgãos como o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), universidades públicas e instituições do terceiro setor podem ser mobilizados para apoiar sua replicação em nível nacional, inclusive como parte de projetos de extensão ou programas de reinserção social.

8.4. Aplicação em Outros Contextos Institucionais

Embora idealizado para o sistema prisional, o plano pode ser adaptado a outros contextos institucionais com alta geração de resíduos de isopor e com comunidades que possam ser mobilizadas para atividades de educação ambiental e reaproveitamento, como:

- Unidades de internação socioeducativas (menores infratores);
- Instituições de acolhimento e reintegração social;
- Comunidades terapêuticas e centros de apoio social;
- Associações de catadores e cooperativas de reciclagem.

8.5. Integração com Projetos de Extensão e Pesquisa

O plano também pode ser incorporado por universidades e institutos federais como objeto de estudo e intervenção, por meio de projetos de extensão, estágios supervisionados e pesquisas aplicadas nas áreas de:

- Gestão de resíduos;
- Educação ambiental;
- Políticas públicas;
- Economia solidária;
- Direitos humanos e justiça social.

Essa integração amplia o impacto do projeto, ao mesmo tempo em que fortalece o diálogo entre ciência, sociedade e poder público.

8.6. Sustentabilidade e Continuidade

A aplicabilidade do produto também se sustenta na possibilidade de gerar ciclos autossustentáveis, nos quais os produtos reaproveitados possam ser utilizados dentro das próprias unidades (isolantes térmicos, blocos de apoio, utensílios presos) ou, futuramente, comercializados por meio de parcerias com o setor privado, cooperativas ou fundações de apoio a egressos do sistema prisional. Essa dinâmica pode criar um modelo sustentável de longo prazo, que não dependa exclusivamente de recursos públicos para sua manutenção.

9. ASPECTO INOVADOR

O presente plano de ação apresenta um elevado grau de inovação social, ambiental e institucional, ao propor uma estratégia inédita de aproveitamento sustentável de marmiteix de isopor no contexto do sistema prisional capixaba, utilizando como principal ferramenta de transformação a mão de obra ociosa dos presos. A inovação está presente não apenas no conteúdo do que se propõe fazer, mas sobretudo na forma como a proposta integra diferentes dimensões — ressocialização, sustentabilidade e economia circular — de maneira articulada e funcional dentro de um ambiente historicamente marcado pela exclusão e pela inércia operacional.

9.1. Inovação no Uso de Resíduos no Sistema Prisional

Embora existam diversas ações sustentáveis no setor público e privado, poucas iniciativas são voltadas para o reaproveitamento de isopor dentro de unidades prisionais. Trata-se de um material altamente poluente, leve e volumoso, que geralmente é descartado sem valor agregado. Este plano inova ao ressignificar o isopor, transformando-o em matéria-prima para atividades produtivas e educativas no ambiente prisional, algo ainda raramente explorado em políticas públicas.

9.2. Inovação na Ressocialização com Base em Sustentabilidade

Tradicionalmente, as atividades de ressocialização no sistema prisional estão focadas em oficinas de marcenaria, costura, jardinagem, entre outras práticas manuais. Este plano propõe um modelo inovador de trabalho prisional, voltado especificamente para ações de educação ambiental, reaproveitamento de resíduos e criatividade aplicada, o que proporciona ao preso não só uma atividade ocupacional, mas também uma nova consciência sobre o meio ambiente e seu papel na sociedade.

Além disso, o uso do trabalho com finalidade ambiental contribui para ampliar o olhar da sociedade sobre o sistema prisional, promovendo uma imagem mais inclusiva e construtiva dos presos, ao mesmo tempo em que reforça o papel do Estado como agente educador e transformador.

9.3. Inovação em Baixo Custo com Alto Impacto

Outro ponto de destaque do aspecto inovador deste plano é a sua viabilidade econômica. A proposta exige baixo investimento inicial, uma vez que os principais recursos necessários já existem dentro das unidades: o isopor descartado e a mão de obra carcerária. Com um planejamento adequado, parcerias institucionais e materiais básicos (luvas, estiletes, tintas, colas), é possível estruturar oficinas de reaproveitamento que geram alto retorno ambiental, social e até econômico, caso os produtos finais venham a ser comercializados futuramente.

9.4. Inovação como Política Pública Replicável

A proposta também se destaca por oferecer um modelo de fácil replicação em outras realidades prisionais do Brasil. Sua estrutura modular e adaptável permite que seja implementado em diferentes escalas, tanto em unidades de pequeno porte quanto em grandes complexos penitenciários. Isso a torna uma iniciativa modelo, com potencial para integrar políticas públicas estaduais e federais voltadas à ressocialização e à gestão sustentável de resíduos sólidos.

9.5. Inovação na Intersetorialidade

O plano inova também ao estimular a articulação intersetorial, envolvendo o sistema prisional, o setor ambiental, instituições educacionais, cooperativas de reciclagem, ONGs e o setor privado. Ao integrar diferentes agentes sociais e públicos em torno

de um objetivo comum, promove-se uma abordagem colaborativa, moderna e eficiente para enfrentar problemas históricos do sistema penitenciário e da gestão de resíduos.

Em resumo, o aspecto inovador deste plano reside:

- No uso inédito do isopor como insumo produtivo no sistema carcerário;
- Na proposta de oficinas sustentáveis como estratégia de ressocialização;
- Na integração entre sustentabilidade, inclusão e cidadania;
- Na viabilidade de implantação com baixos custos e alto impacto social;
- E na capacidade de inspirar políticas públicas replicáveis em todo o país.

10. SETORES DA SOCIEDADE INFLUENCIADOS

A proposta de reaproveitamento sustentável de marmiteira de isopor no sistema prisional capixaba transcende os limites das unidades penitenciárias e alcança múltiplos setores da sociedade, promovendo impactos diretos e indiretos que envolvem educação, meio ambiente, segurança pública, políticas sociais, saúde pública, economia e cultura. A seguir, detalha-se como cada setor pode ser influenciado de forma significativa:

10.1. Sistema Prisional e Segurança Pública

A proposta atua diretamente na reestruturação de práticas dentro do ambiente carcerário, influenciando:

- A diminuição da ociosidade dos presos, o que reduz tensões internas e contribui para um ambiente mais seguro e disciplinado.
- A melhoria da imagem institucional do sistema penitenciário, ao demonstrar comprometimento com a ressocialização e a responsabilidade ambiental.
- O fortalecimento da função educadora e ressocializadora do sistema penal, conforme previsto na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal.

10.2. Setor Ambiental

O projeto promove uma transformação significativa no tratamento de resíduos sólidos, impactando:

- A redução do descarte incorreto de isopor, um material não biodegradável que gera grandes volumes de resíduos nos aterros.
- O estímulo à educação ambiental, tanto dentro quanto fora do sistema prisional.
- O fortalecimento da cultura da reciclagem e da economia circular, com reaproveitamento de resíduos que normalmente são subvalorizados.

10.3. Setor Educacional

O projeto influencia diretamente o setor educacional ao integrar:

- Práticas educativas não formais nas unidades prisionais, com oficinas e capacitações voltadas à sustentabilidade e ao desenvolvimento de habilidades manuais.
- O envolvimento de instituições de ensino técnico e superior, que podem contribuir com apoio pedagógico, pesquisas, monitoramento e extensão universitária.
- A formação de um modelo que pode ser incluído como programa de extensão em escolas técnicas, universidades e centros socioeducativos.

10.4. Saúde Pública

A gestão inadequada de resíduos como o isopor pode gerar impactos sanitários. Este plano contribui com:

- A diminuição da exposição de presos e servidores a resíduos contaminados.
- A redução de vetores de doenças em ambientes prisionais, ao incentivar a higienização adequada dos marmitex antes do reaproveitamento.
- A promoção de ambientes mais limpos e organizados, favorecendo o bem-estar coletivo dentro das unidades.

10.5. Setor Social e Comunitário

O plano possui um forte viés social, pois:

- Reintegra simbolicamente o preso à sociedade, ao permitir que ele contribua com ações de valor coletivo.
- Incentiva a participação de organizações da sociedade civil, como ONGs, coletivos culturais e movimentos ambientais, em ações educativas e de apoio às oficinas.
- Promove uma mudança de percepção da sociedade em relação ao sistema prisional, desconstruindo estigmas e fortalecendo a noção de que o recluso pode ser agente de transformação.

10.6. Setor Econômico e Produtivo

O plano também dialoga com o setor econômico por meio de:

- Estímulo à geração de produtos reciclados e reaproveitados, que podem futuramente compor linhas de produtos artesanais ou utilitários.

- Possibilidades de parcerias com cooperativas de reciclagem e empresas de responsabilidade socioambiental, tanto para fornecimento de materiais quanto para apoio institucional.
- Desenvolvimento de habilidades profissionais nos presos, que poderão ser aproveitadas no mercado de trabalho após o cumprimento da pena.

10.7. Gestão Pública e Governança

Ao propor um modelo inovador de atuação nas prisões, o projeto também influencia:

- A criação de políticas públicas integradas entre as áreas de segurança, meio ambiente, assistência social, educação e trabalho.
- A valorização do sistema prisional como espaço de execução de projetos sustentáveis e de impacto social.
- A redução de custos públicos com transporte e descarte de resíduos, além de melhorias na governança ambiental e penal.

10.8. Cultura e Sustentabilidade

Por fim, o plano promove o fortalecimento da cultura da sustentabilidade ao:

- Estimular valores de responsabilidade socioambiental entre os presos e suas famílias.
- Gerar produtos que podem ser usados para expressão artística ou utilitária, promovendo cultura e criatividade.
- Inserir o sistema prisional no debate contemporâneo sobre desenvolvimento sustentável e justiça socioambiental.

O impacto do plano de ação proposto ultrapassa os muros do sistema prisional e alcança diversos setores da sociedade, de forma direta e indireta. Trata-se de uma proposta multissetorial, que contribui para o avanço de agendas públicas prioritárias, como a reintegração social, a proteção ambiental, a saúde pública e a inovação na administração penitenciária. Ao envolver diferentes agentes, instituições e comunidades, o projeto promove não apenas o reaproveitamento de um resíduo, mas também a reconstrução de trajetórias humanas e de valores coletivos.

11. AÇÕES NECESSÁRIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO

Etapa 1 – Planejamento e Mobilização

- Aprovação institucional do projeto junto à Secretaria de Justiça do Espírito Santo (SEJUS-ES).
- Criação de comissões locais dentro das unidades prisionais para articulação do projeto.

Etapa 2 – Capacitação

- Contato com instituições de ensino técnico, ONGs e profissionais autônomos para capacitação.
- Elaboração de cartilhas educativas e oficinas práticas com os presos.

Etapa 3 – Estruturação

- Identificação e adequação de espaço nas unidades para as oficinas.
- Aquisição de materiais e EPIs necessários.

Etapa 4 – Execução

- Início das oficinas com grupos piloto.
- Coleta sistemática dos marmitex usados.
- Acompanhamento e avaliação contínua do processo.

Etapa 5 – Divulgação e Expansão

- Produção de relatórios e vídeos para divulgação dos resultados.
- Contato com possíveis apoiadores (empresas, mídia, órgãos públicos).
- Replicação para outras unidades prisionais.

12. REFERÊNCIAS

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico. **Relatório Anual de Reciclagem 2023**. São Paulo: ABIPLAST, 2023.

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2023**. São Paulo: ABRELPE, 2023. Disponível em: <https://www.abrelpe.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

ALMEIDA, Rafael. **O trabalho prisional como mecanismo de ressocialização: entre a norma e a realidade**. Revista de Ciências Criminais, v. 28, n. 1, p. 221-240, 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 1984.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Lei de Crimes Ambientais. Diário Oficial da União, Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605/1998. Diário Oficial da União, Brasília, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Caderno Temático de Educação Ambiental e Resíduos Sólidos**. Brasília: MMA, 2022.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Panorama do Sistema Prisional Brasileiro. Brasília: CNJ, 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Justiça Presente 2023. Brasília: CNJ, 2023.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Lei nº 12.375, de 20 de março de 2025. Institui o Plano de Desenvolvimento de Longo Prazo do Estado do Espírito Santo – PDLP, denominado Plano ES 500 Anos. Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, Vitória, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://www.es.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2025.

FERREIRA, M. A.; LIMA, P. R. **Reaproveitamento do Poliestireno Expandido (EPS) na Construção Civil**. Revista Brasileira de Engenharia Sustentável, v. 4, n. 2, p. 85-99, 2022.

FREITAS, Camila R.; BARROS, Alan J. **Inovação social e políticas públicas: um diálogo necessário**. Cadernos de Gestão Pública e Cidadania, v. 25, n. 82, p. 54-71, 2020.

KIRCHHEIM, Adriana. **Sustentabilidade e ressocialização: possibilidades de articulação no sistema prisional brasileiro**. Revista Direito e Sociedade Sustentável, v. 7, n. 3, p. 144-160, 2021.

LIMA, R. S.; SANTOS, A. P. **Sustentabilidade e ressocialização: perspectivas para o sistema prisional brasileiro**. Revista de Políticas Públicas, v. 19, n. 3, p. 45-61, 2021.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Maria Luciana dos. **Educação ambiental em unidades prisionais: caminhos para a ressocialização**. Revista Brasileira de Educação e Cidadania, v. 10, n. 1, p. 85-97, 2020.

SILVA, J. R. **Trabalho e dignidade no sistema prisional brasileiro**. Revista Jurídica Brasileira, v. 27, n. 1, p. 101-118, 2021.

SILVA, João Paulo. **Reciclagem e reaproveitamento do isopor no Brasil: desafios e oportunidades.** Revista Meio Ambiente em Pauta, v. 14, n. 2, p. 112-129, 2021.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

SOUZA, L. F.; OLIVEIRA, C. M. **Educação e ressocialização: desafios e perspectivas.** Revista Educação & Sociedade, v. 41, n. 150, p. 110-126, 2020.